



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



# ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora:  
Andrea Perotti



# PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E O CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

**O planejamento governamental é a  
atividade que, a partir de  
diagnósticos e estudos prospectivos,  
orienta as escolhas de políticas  
públicas.**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

PROGRAMA  
**CAMINHOS  
DA GESTÃO**  
GOVERNO DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

ESFOSUAS/PE  
Escola de Formação dos Trabalhadores/as  
do Sistema Único de Assistência Social  
de Pernambuco

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

O ciclo de planejamento posiciona-se como instrumento de relevância extrema na organização da oferta de serviços, benefícios e programas da assistência social, desde a sua concepção e acompanhamento, até definição de sua base metodológica.

É um poderoso meio de promover a ampla participação e engajamento dos diversos segmentos da sociedade, em processos de reconhecimento e reflexão acerca da realidade, de decisão coletiva sobre os rumos da política e, especialmente, de seu controle e acompanhamento.

É também um poderoso instrumento de comunicação e de divulgação das prioridades e compromissos de um governo para com a população pobre e vulnerável em dado território, assim como de seus resultados e impactos.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



**Todo gasto no âmbito público com ação ou  
benefício governamental para cidadãos  
deve ser precedido de elaboração e  
aprovação de marcos normativos e legais  
específicos, além da aprovação dos  
Conselhos.**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# CICLO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

**PPA: diretrizes, objetivos e metas, programas, ações e atividades. Validade de 04 anos.**

**LDO: Metas, prioridades, parâmetros de arrecadação e gasto. Validade de 01 ano.**

**LOA: Recursos necessários para executar o PPA e LDO. Valores, categorias de despesa, fontes de financiamento. Validade de 01 ano.**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# PLANO PLURIANUAL (PPA)

- **Instrumento-mestre de planejamento na gestão pública.**
- **Exigência constitucional.**
- **Sua elaboração e aprovação está incluída no ciclo orçamentário**
- **Tem vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte.**
- **Anualmente é submetido a revisões.**
- **Só é possível realizar ações desde que nele previstas, orçadas e aprovadas.**
- **Existe uma margem de flexibilidade onde um pequeno percentual de orçamento pode ser transferido (suplementado) de uma ação à outra.**
- **É dividido em planos . Cada órgão tem a sua seção: objetivos, metas, programas, ações, projetos, atividades, recursos e fontes de financiamento.**
- **O PPA revela as intenções e prioridades de um governo.**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

- Integra o ciclo orçamentário e é também uma exigência constitucional
- É elaborada anualmente pelo poder executivo e aprovada pelo poder legislativo
- Estabelece o planejamento, as metas e prioridades do governo para o próximo ano.
- Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos.
- A LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA. Algumas das disposições da LDO são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo para aquele ano, e ajustes nas cobranças de tributos.
- Enquanto o PPA é um documento de estratégia, pode-se dizer que a LDO delimita o que é e o que não é possível realizar no ano seguinte.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

- As revisões anuais do PPA estão expressas na LOA.
- **Ênfase nos aspectos financeiros e físicos (metas).**
- Estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação.
- Se durante o exercício houver necessidade de despesas acima do limite, o poder executivo submete ao legislativo um novo projeto de lei solicitando crédito adicional.
- Visa concretizar os objetivos e metas propostas pela política governamental e estabelecidas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Todos os governantes brasileiros deverão inserir em suas peças orçamentárias as políticas públicas para a área de Assistência Social, conforme previsto em seus principais normativos – PNAS, NOBSUAS 2012.

Para que as ações de Assistência Social sejam implementadas precisam estar contempladas no PPA, na LDO e na LOA.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), determina que o PPA, a LDO e a LOA contemplem a apresentação dos programas e das ações, considerando os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Compete ao CNAS a análise e deliberação do Plano Decenal para subsidiar os entes federados no processo de elaboração dos seus respectivos Planos, além de subsidiar a construção democrática e participativa dos Pactos de Aprimoramento da Gestão do SUAS.

Consolida as discussões do processo conferencial de 2015, bem como, o aprofundamento dos conteúdos com os gestores municipais, do Distrito Federal e estaduais, nos Encontros Regionais do CONGEMAS, e na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.



A PNAS fornece a diretriz e a plataforma conceitual para a elaboração dos Planos de Assistência Social, a começar pelo Plano Decenal de Assistência Social

O Plano Decenal de Assistência Social deve se refletir no Pacto de Aprimoramento do SUAS, tanto da gestão nacional como da gestão estadual.

O Plano Municipal de Assistência Social, por sua vez, deve contemplar as prioridades e metas previstas no Pacto de Aprimoramento do SUAS - nacional e estadual.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

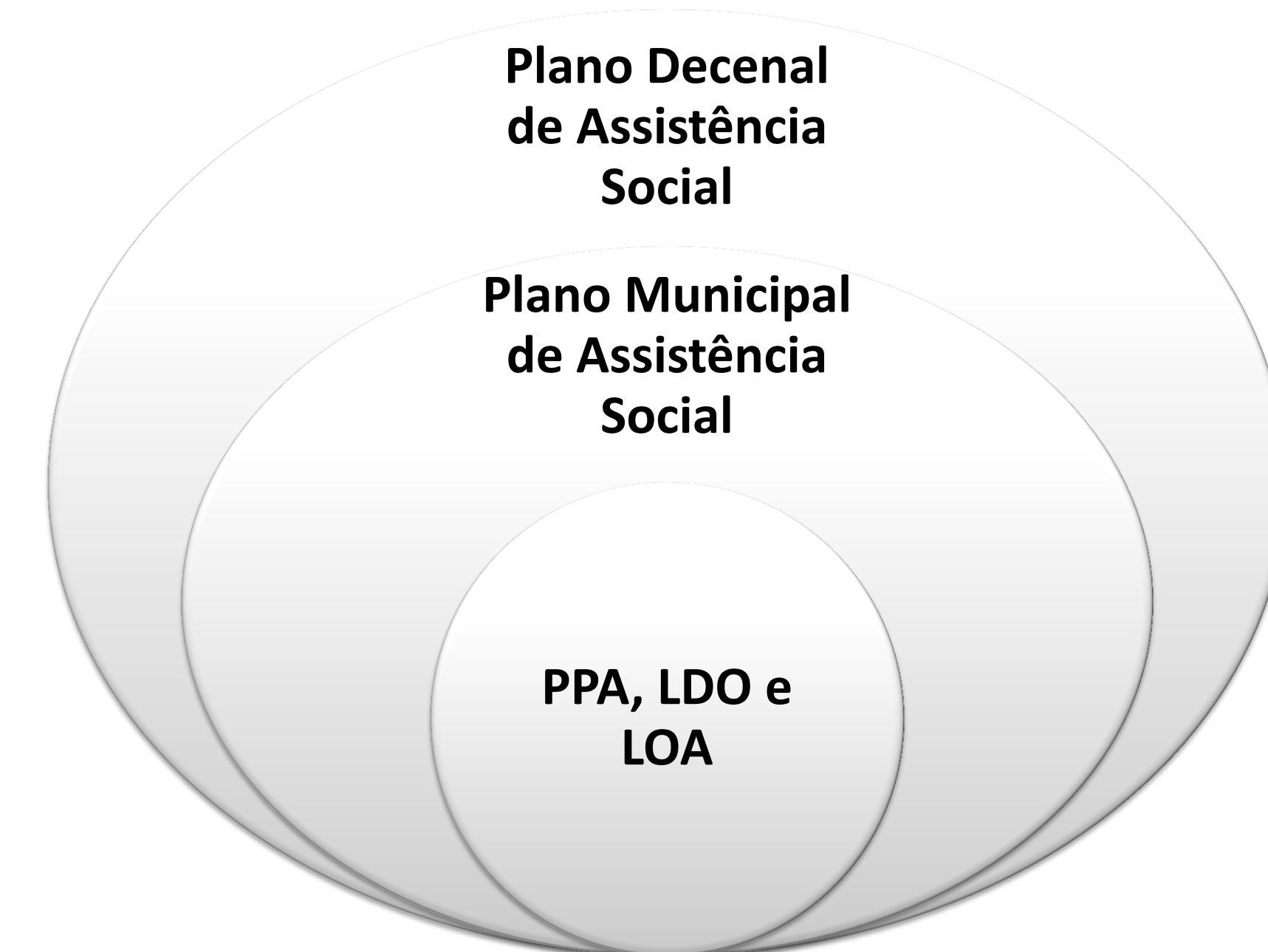


Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# ARTICULAÇÃO ENTRE PLANO DECENAL, PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PPA, LDO e LOA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

 **FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

 **PROGRAMA  
CAMINHOS  
DA GESTÃO**  
GOVERNO DE PERNAMBUCO

 **PROGRAMA DE  
EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

 **ESFOSUAS/PE**  
Escola de Formação dos Trabalhadores/as  
do Sistema Único de Assistência Social  
de Pernambuco

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas

 **GOVERNO DE  
PER  
NAM  
BU  
CO**  
ESTADO DE MUDANÇA

# PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- A NOB/SUAS determina que a elaboração do Plano de Assistência Social é uma responsabilidade dos governos organizar e coordenar o SUAS em seu território.
- O Plano é uma ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social.
- O Plano é uma ferramenta de gestão que dá foco e direcionamento aos governos, pois nele estão contidos os objetivos da gestão e as ações que serão desenvolvidas para alcançá-los.
- Além de um instrumento de gestão, o Plano também é um mecanismo de transparência, pois torna pública as intenções dos gestores públicos e oferece um parâmetro para avaliação da administração.
- O Plano de Assistência Social deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social
- O Plano de Assistência Social deve ser apreciado, a discutido e aprovado pelo Conselho de Assistência Social
- Deve conter os programas e ações que serão executados durante esse período.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

O Plano de Assistência Social é também a condição para os repasses financeiros dos recursos da União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, como previsto na LOAS (BRASIL, 2004) no seu artigo 30, que também requer a efetiva instituição e funcionamento de:

- I. Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil
- II. Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social
- III. Plano de Assistência Social, com aprovação dos respectivos Conselhos de Assistência Social

O Plano, o Fundo e o Conselho são exigências para o cofinanciamento federal.

# ESTRUTURA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Normatizada pela  
NOB/SUAS (2012)

- Diagnóstico socioterritorial
- Objetivos gerais e específicos
- Diretrizes e prioridades deliberadas
- Ações estratégicas
- Metas estabelecidas
- Resultados e impactos esperados
- Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários
- Mecanismos e fontes de financiamento
- Cobertura da rede prestadora de serviços
- Indicadores de monitoramento e avaliação
- Espaço temporal de execução



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# Os Planos devem observar:

- I. Deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios
- II. Metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios
- III. Metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios
- IV. Observar as prioridades do Plano Decenal
- V. Ações articuladas e intersetoriais
- VI. Ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS

Os planos devem ser elaborados a cada quatro anos, de acordo com o período de elaboração do PPA.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- Órgão gestor de assistência social
- Conselho de Assistência Social
- Rede socioassistencial pública e privada
- Trabalhadores do SUAS
- Usuários do SUAS
- Outros atores sociais e políticos

O processo participativo dos usuários pode ser ampliado:

- I. coletivos de usuários
- II. comissão de bairro
- III. fórum de usuários
- IV. outros.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



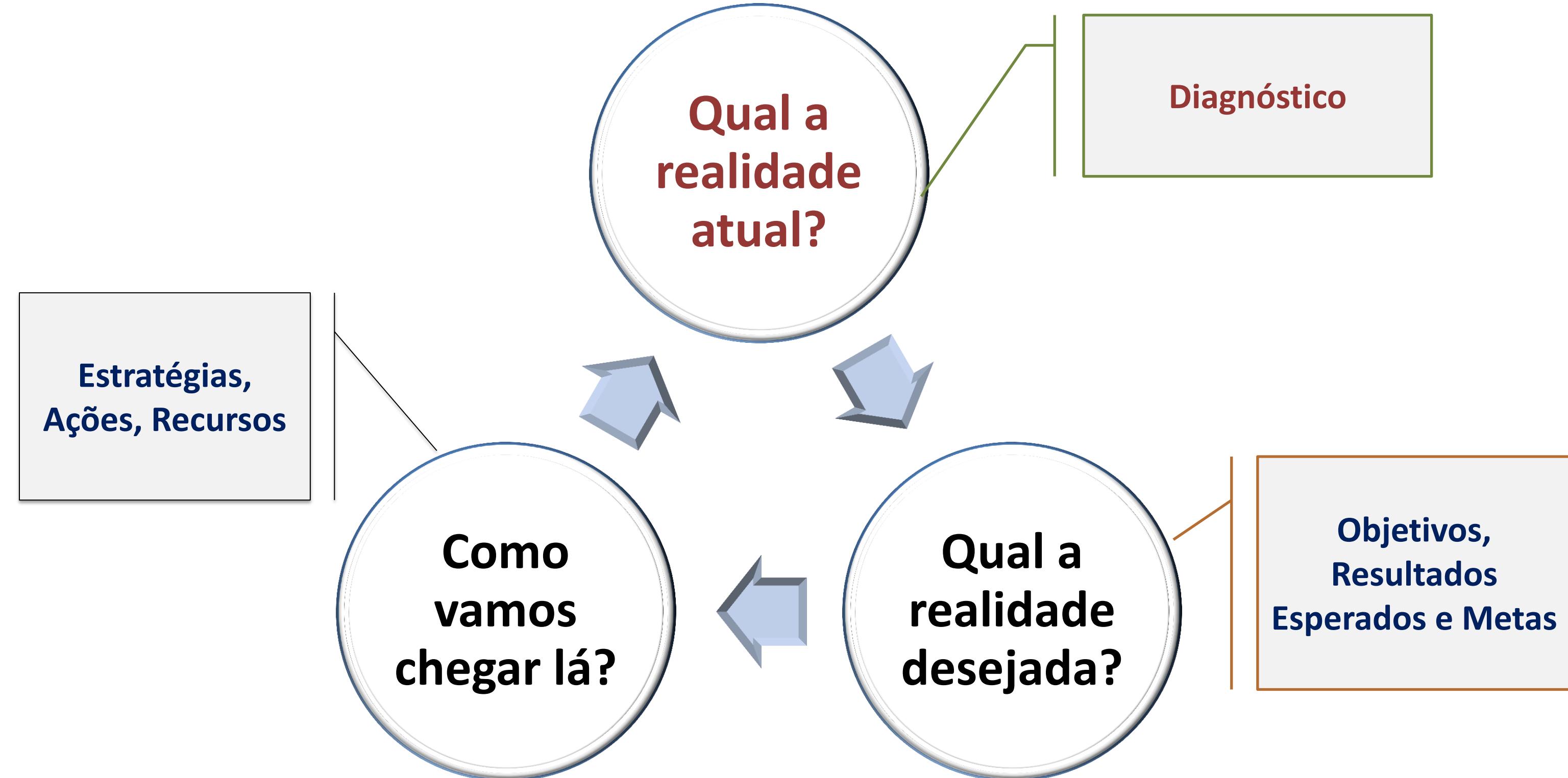
**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PERNAMBUCO**  
ESTADO DE MUDANÇA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# DIAGNÓSTICO

- O diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita ler e compreender a realidade social.
- É a etapa do ciclo de políticas públicas que segue à definição da agenda e antecede a formulação das alternativas possíveis.
- A leitura precisa e comprometida da realidade conduz as decisões políticas para o acerto.
- O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar à tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios.

Integrando o ciclo de planejamento, o diagnóstico também está submetido a diversas leituras políticas da realidade...



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# EM GERAL, O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL ABRANGE AS SEGUINTE QUESTÕES:

## Informações sobre a realidade local

- i) uma análise histórico-conjuntural da realidade, tendo como base informações sociais, demográficas, educacionais e econômicas (identificação da vocação econômica e das potencialidades)
- ii) uma descrição da rede socioassistencial e de sua cobertura

## Demandas da população destinatária

- i) na identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais
- ii) na identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social

**“GEORREFERENCIAMENTO”**

O diagnóstico socioterritorial possibilita aos gestores e operadores da política de assistência social compreender as particularidades de cada território.

Por meio da análise de dados socioeconômicos levantados no diagnóstico socioterritorial, o gestor municipal é capaz de desenhar o mapa de vulnerabilidades e riscos do município, identificando as áreas de concentração de famílias com alguma vulnerabilidade assim como torna-se capaz de responder a perguntas fundamentais para a intervenção governamental, tais como:

- ✓ *Quantas famílias ganham menos de um salário mínimo per capita?*
- ✓ *Onde há a maior concentração delas?*
- ✓ *Quantas têm moradias precárias, sem banheiro ou luz elétrica?*
- ✓ *As crianças trabalham em vez de ir à escola?*



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

Informações **GEORREFERENCIADAS** são fundamentais para conhecer a distribuição das necessidades e demandas dentro do município, com a finalidade de:

- direcionar a realização da estratégia de busca ativa
- identificar as regiões com concentração do público que demanda por programas, serviços e benefícios da assistência assim como de seus equipamentos (CRAS, CREAS, Centro POP)
- planejar investimentos e mobilizar novos recursos

Trata-se de uma forma de atuação que visa romper com a lógica da demanda espontânea (pela qual cabe às famílias procurar os serviços públicos) em prol de uma lógica segundo a qual o Estado vai ao encontro das famílias, assegurando-lhes direitos e ofertando-lhe oportunidades. Destaca-se inclusive o caráter preventivo dessa forma de atuação, que objetiva evitar o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade já vivenciadas pelas famílias.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# QUEM É RESPONSÁVEL PELO DIAGNÓSTICO SOCIO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO?

É responsabilidade da Vigilância Socioassistencial elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial, por meio da coleta e análise de dados e de informações produzidas tanto pelo Governo Federal, quanto pelo próprio município – especialmente o Cadastro Único.

As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, devem ser repassadas, de forma detalhada, às equipes dos serviços, sobretudo, aos CRAS, para que sejam realizadas as ações de Busca Ativa

*Por exemplo:*

A Vigilância pode fornecer aos CRAS ou às equipes volantes o nome e o endereço de pessoas idosas que moram sozinhas ou de famílias com presença de pessoas com deficiência, de famílias extremamente pobres com elevado número de crianças, até mesmo de famílias que descumpriam as condições do Programa Bolsa Família, situação que, em geral, provoca ou decorre do agravamento das vulnerabilidades vivenciadas.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# Com o que deve se preocupar a Vigilância Socioassistencial?

## VIGILÂNCIA DE RISCOS E VULNERABILIDADES

Incidências de riscos e vulnerabilidades e necessidades de proteção social da população

### INDICADORES DE DEMANDA

## VIGILÂNCIA DE PADRÕES E SERVIÇOS

Características e distribuição da oferta da rede socioassistencial, na perspectiva do território, considerando a integração entre a demanda e a oferta de serviços

### INDICADORES DE OFERTA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# A vigilância socioassistencial deve mostrar o descompasso entre o tamanho de nossas demandas sociais e o que já está sendo efetivamente ofertado em um determinado território



Essa visão de totalidade permite traçar melhores ações e estratégias para prevenir e para reduzir agravamento das situações e contribui para o melhor planejamento da oferta de programas, serviços e benefícios

# BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ Indicadores de saúde (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ Indicadores educacionais (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ Indicadores de mercado de trabalho (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ Indicadores habitacionais (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)
- ✓ Indicadores de segurança pública e justiça (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ Indicadores de infraestrutura urbana (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ Indicadores de renda e desigualdade (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).

# QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

## 1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

- 1.1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma
- 1.2. Sem banheiro ou sanitário
- 1.3. Destino do lixo inadequado conforme legislação
- 1.4. Mais de 2 moradores por dormitório

## 2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

## 3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

- 3.1. Com pessoas de 0 a 14 anos
- 3.2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

#### **4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:**

##### **4.1. Com filhos menores de 15 anos**

##### **4.2. Ser analfabeto**

#### **5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:**

##### **5.1. Desocupada (procurando trabalho)**

##### **5.2. Com quatro ou menos anos de estudo**

#### **6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe**

#### **7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude**

#### **8. Família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo:**

##### **8.1. Com pessoa com deficiência**

##### **8.2. Com pessoa de 60 anos ou mais**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# ALGUMAS FONTES DE DADOS E INDICADORES

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – numero de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições da habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.

## PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)

Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.

## INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# IMPORTANTES FONTES DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



## CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconómica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



## Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduz um parâmetro nacional de registro de informações e, consequentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# Relatórios do RMA

## Informações sobre serviços e atendimentos realizados nos CRAS, CREAS e Centros POP

<b>Bloco I – Famílias em acompanhamento pelo PAIF</b>
<b>A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF</b>
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF no mês de referência
<b>B. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês</b>
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC
B.5. Famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil
B.6. Famílias com crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento
<b>Bloco II – Atendimentos individualizados realizados no CRAS</b>
<b>C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS</b>
C.1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC
C.6. Visitas domiciliares
<b>Bloco III - Atendimentos coletivos realizados no CRAS</b>
<b>D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos</b>
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
D.3. Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



PROGRAMA  
**CAMINHOS  
DA GESTÃO**  
GOVERNO DE PERNAMBUCO



PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**



Escola de Formação dos Trabalhadores/as  
do Sistema Único de Assistência Social  
de Pernambuco

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



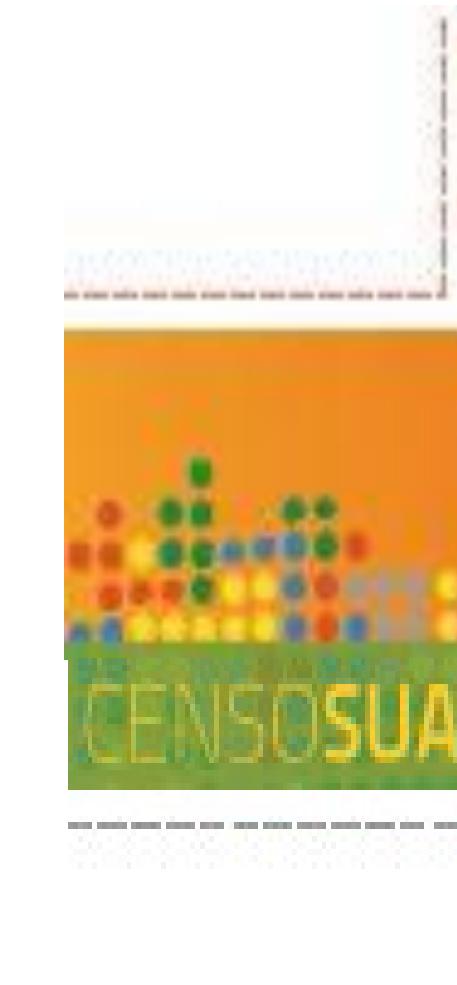
**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA



**CensoSUAS**

Instrumento de coleta de dados eletrônico, preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social dos estados e municípios. É fundamental para a qualidade dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle da política de assistência social, construindo um processo imprescindível para tornar eficaz a organização descentralizada, participativa e integrada que o sistema requer.

O Censo SUAS pode ser acessado no endereço eletrônico:  
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial/20/censo-suas>

# A importância do “zelo” na utilização dos instrumentais de cadastro, registro e na alimentação dos sistemas de informação

# ANÁLISE QUALITATIVA E PARTICIPATIVA

É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e alcance também a captação de elementos qualitativos que expressem aspectos culturais, valores, expectativas e outros traços da população residente no território, permitindo uma leitura mais próxima à complexa realidade social.

**Algumas técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:**

**1) os estudos de caso; 2) as observações participantes; 3) as investigações documentais; 4) as entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas; 5) as histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos; 6) os grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e 7) as observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

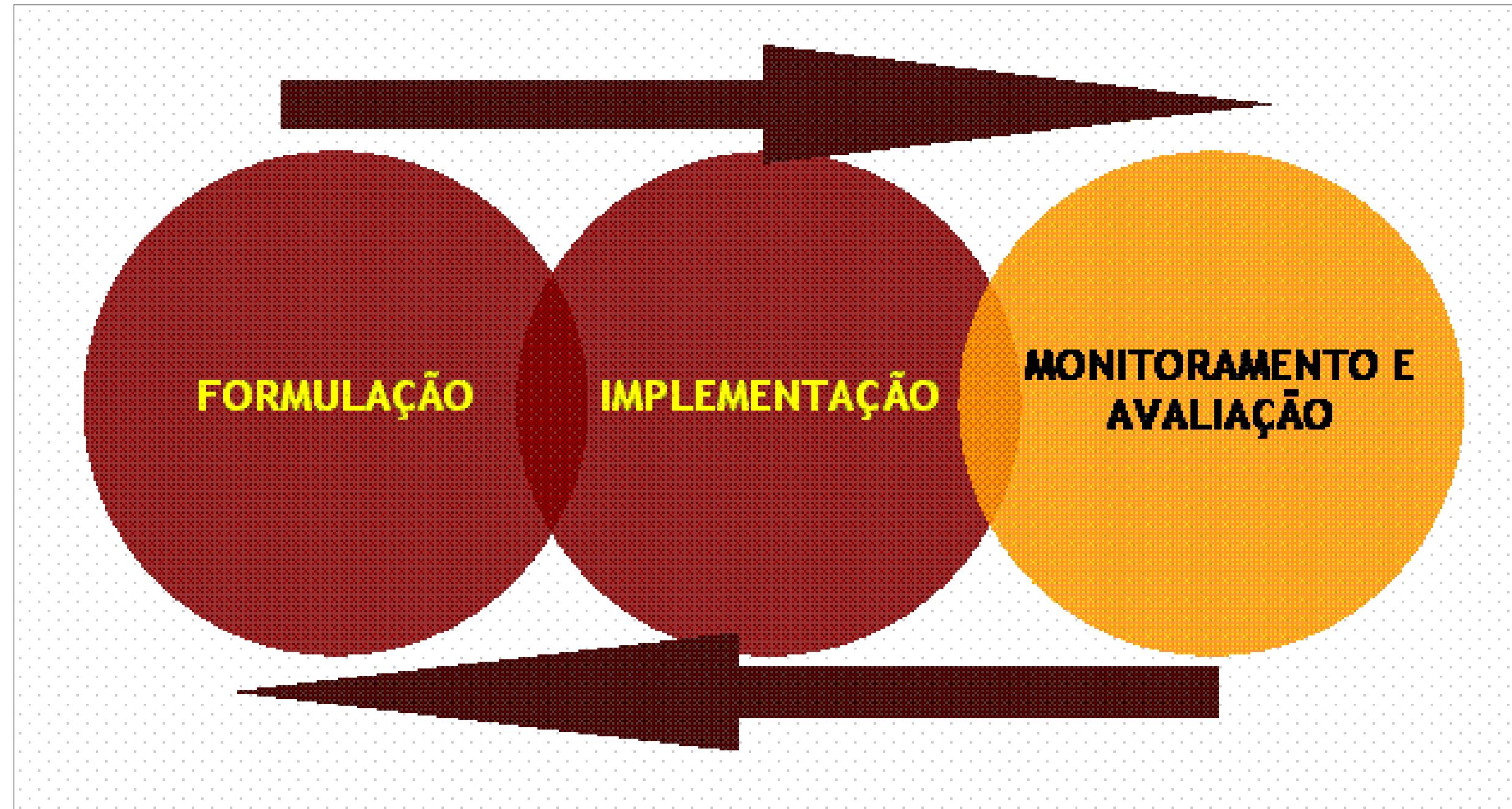


Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

## Monitoramento

- **Coleta sistemática, registro ordenado e gestão de informações**
- **Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais**
- **Observação do cumprimento dos objetivos e metas**
- **Produção de informações para subsidiar a tomada de decisões cotidianas**
- **Identificação precoce de eventuais problemas**

## Avaliação

- **Análise de dados sistematicamente coletados e ordenadamente registrados**
- **Orientado para a verificação de indicadores**
- **Conclusões / Constatações**
- **Quantitativa / Qualitativa**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



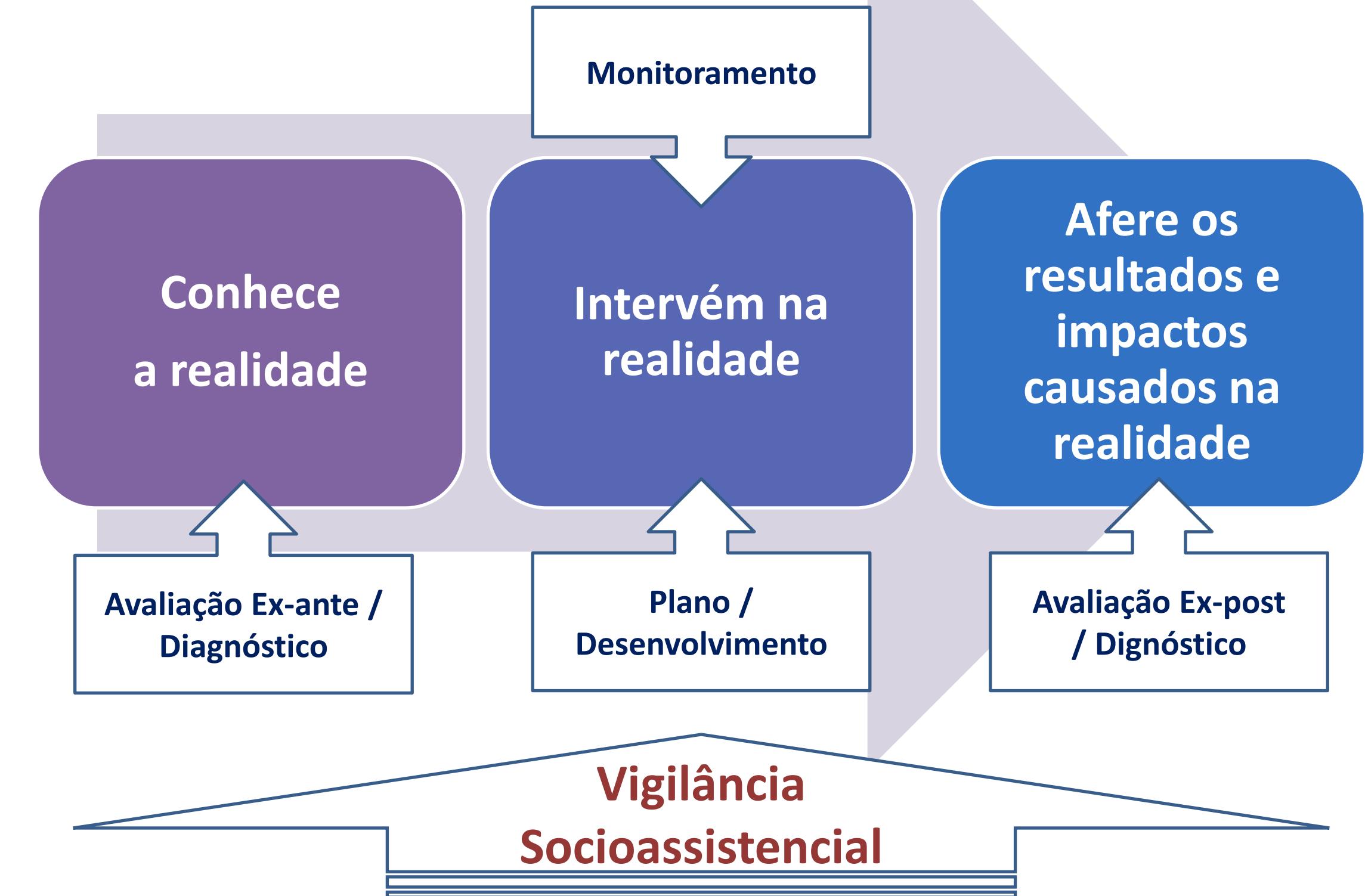
**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# QUEM MONITORA E AVALIA?

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas equipes que atuam na gestão e execução da política.

A Vigilância Socioassistencial tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.

Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao controle social outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.

Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# PROCESSOS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA SOCIAL



Elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos sociais

Mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços

Identificação da demanda e oferta

Planejamento das ações

Monitoramento

Avaliação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

O maior objetivo maior da Vigilância  
é a produção de conhecimento que  
possa aperfeiçoar progressivamente  
os serviços ofertados pela assistência  
social!



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

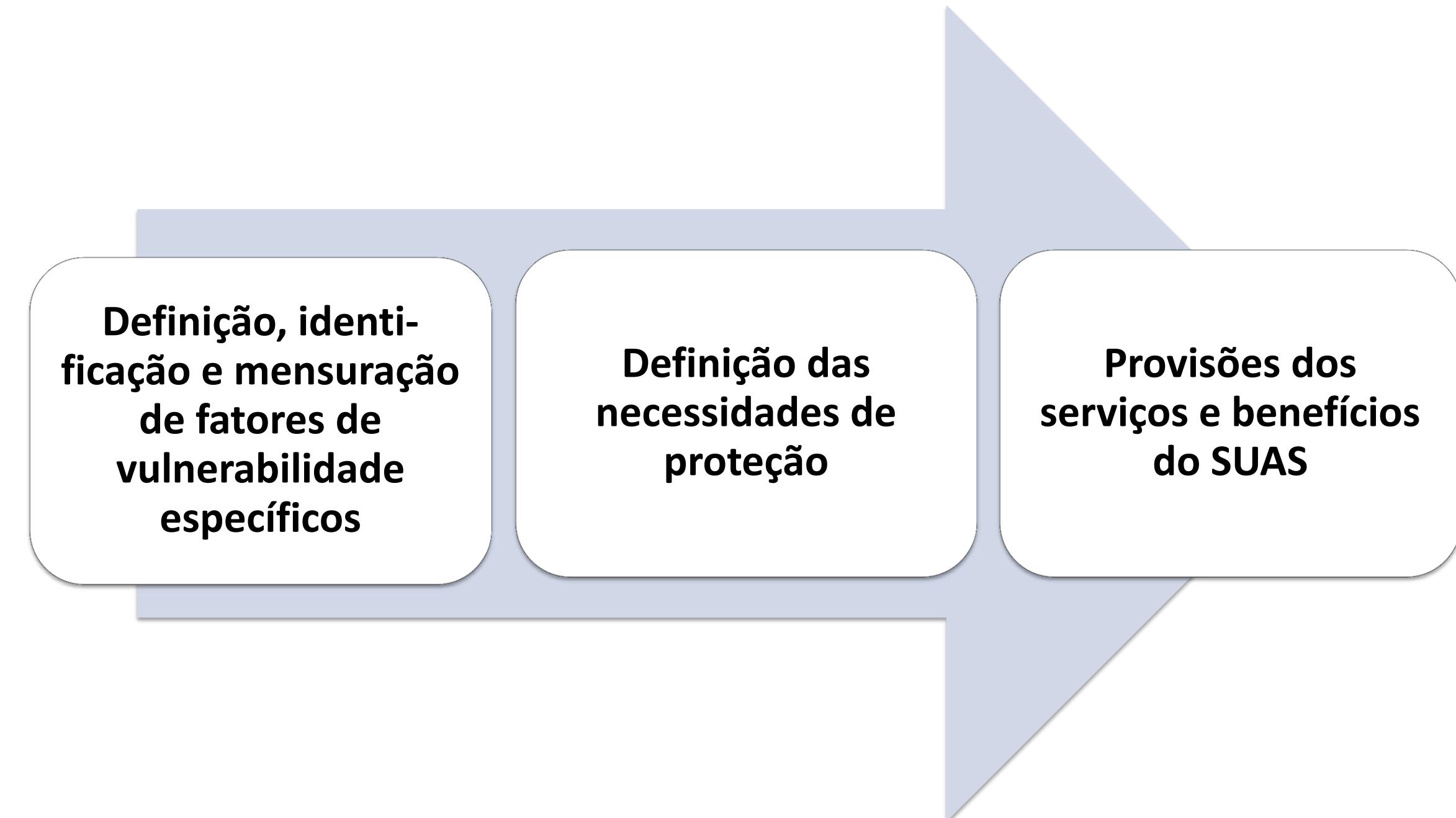


Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# O CAMINHO A SER TRILHADO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

PROGRAMA  
**CAMINHOS  
DA GESTÃO**  
GOVERNO DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

**ESFOSUAS/PE**  
Escola de Formação dos Trabalhadores/as  
do Sistema Único de Assistência Social  
de Pernambuco

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas

GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# Conhecendo alguns instrumentos importantes para os processos de planejamento da Assistência Social...

- Plano Decenal 2016-2026
- Deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social
- Plano Estadual de Assistência Social 2020-2023
- PPA Nacional 2024-2027



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional



Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

# Vídeo

## “Guardar” Antônio Cícero



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO



**FADURPE**  
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional

PROGRAMA  
**CAMINHOS  
DA GESTÃO**  
GOVERNO DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE  
**EDUCAÇÃO  
CORPORATIVA**

  
**ESFOSUAS/PE**  
Escola de Formação dos Trabalhadores/as  
do Sistema Único de Assistência Social  
de Pernambuco

Secretaria  
de Assistência Social,  
Combate à Fome e  
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA



# **Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS**

## **Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS**

### **Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP**

**E-mail: [esfosuas.pe@ufrpe.br](mailto:esfosuas.pe@ufrpe.br)**  
**Telefone: 81 3183-0715 / 3183-0777**  
**WhatsApp: 81 9.9488-2325**